

# **PROJETO DE RESOLUÇÃO N° \_\_\_\_\_ /2015**

**(Do Sr. Luiz Couto)**

**Altera-se o § 3º, do Artigo 180, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, (Resolução 17, de 1989), para modificar a expressão “escrutínio secreto”.**

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º - O parágrafo 3º, do Artigo 180, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, passa a vigorar modificando-se a expressão “escrutínio secreto” por “escrutínio aberto”, com a seguinte redação:

Art. 180 - .....

§ 3º - Havendo empate na votação ostensiva cabe ao Presidente desempatá-la; em caso de **escrutínio aberto**, proceder-se-á sucessivamente a nova votação, até que se dê o desempate. **(NR)**.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICATIVA**

As ações do Congresso Nacional, mais especificamente da Câmara dos Deputados, devem ser as mais transparentes possíveis. A “publicidade” é um dos princípios da Administração Pública, estando explícito no *caput* do Art. 37 da nossa Carta Magna de 1988. As votações e escolhas de todas e quaisquer proposituras, sejam elas Projetos de Leis, Propostas de Emendas à Constituição, Medidas Provisórias, Projetos de Leis Complementares etc., devem ser abertas e

transparentes. Tal fato possibilita ao povo saber quais são as reais posições e pensamentos políticos dos seus representantes.

Para tanto, faz-se necessário alterar o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com a alteração das expressões “votação secreta” e “escrutínio secreto”, onde houver, por **“votação aberta”** e **“escrutínio aberto”**, respectivamente. Ou ainda, excluindo-se as referidas expressões quando se julgar necessário.

Por considerar que a proposição vem a preencher uma lacuna regimental sobre a matéria, ao tornar clara uma regra que é justa e relevante, conto com o apoio dos meus pares para a sua aprovação no Plenário da CCJC e no Plenário da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 28 de abril de 2015.

**Luiz Albuquerque Couto**  
**Deputado Federal PT/PB**